



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA DE JULGAMENTO Nº 10620568 - SG-GSG-CG

SEI!TJPR Nº 0029309-53.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10620568

ATA DA SEGUNDA SESSÃO DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO CONVOCADA PARA PREENCHIMENTO DO CARGO DE DESEMBARGADORA E OUTROS ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME PORTARIA Nº 6068/2024-D.M., DATADA DE 23/04/2024. Em três de maio de 2024 (03/05/2024), às 13h30min., na Sala “Des. Clotário Portugal”, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador **Luiz Fernando Tomasi Keppen**, por vídeo conferência, transmitida por meio da plataforma de compartilhamento de vídeos do YouTube, presentes os Eminentíssimos Senhores Desembargadores e as Eminentíssimas Senhoras Desembargadoras: **Telmo Cherem, Carvílio da Silveira Filho, Marcus Vinícius de Lacerda Costa, Rogério Luis Nielsen Kanayama, Lauro Laertes de Oliveira, Antonio Renato Strapasson, Hamilton Mussi Corrêa, Eugênio Achille Grandinetti, Miguel Kfourri Neto, Lauri Caetano da Silva, Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima, Carlos Mansur Arida, Hayton Lee Swain Filho, José Maurício Pinto de Almeida, Luiz Carlos Gabardo, Paulo Cezar Bellio, Shiroshi Yendo, Guilherme Luiz Gomes, Renato Naves Barcellos, Fernando Wolff Bodziak, Jucimar Novochadlo, José Joaquim Guimarães da Costa, Abraham Lincoln Merheb Calixto, Stewart Camargo Filho, Maria Aparecida Blanco de Lima, José Carlos Dalacqua, Ruy Muggiati, Lidia Matiko Maejima, João Domingos Küster Puppi, Jorge de Oliveira Vargas, Rosana Andriguetto de Carvalho, Adalberto Jorge Xisto Pereira, Francisco Luiz Macedo Junior, Mario Helton Jorge, Luiz Taro Oyama, Joeci Machado Camargo, D’artagnan Serpa Sá, Ângela Khury, Luís Carlos Xavier, Domingos José Perfetto, José Laurindo de Souza Netto, José Sebastião Fagundes Cunha, Luiz Antonio Barry, Luiz Osório Moraes Panza, Ivanise Maria Tratz Martins, Sérgio Roberto Nóbrega Rolanski, Lenice Bodstein, Marcelo Gobbo Dalla Dea, Espedito Reis do Amaral, Denise Kruger Pereira, Albino Jacomel Guérios, José Hipólito Xavier da Silva, Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, Luis Sérgio Swiech, Rui Portugal Bacellar Filho, Luiz Cezar Nicolau, Fernando Paulino da Silva Wolff Filho, Eduardo Casagrande Sarrão, Clayton de Albuquerque Maranhão, Octavio Campos Fischer, Roberto Portugal Bacellar, Fábio Haick Dalla Vecchia, Gilberto Ferreira, Vitor Roberto Silva, Sigurd Roberto Bengtsson, Lilian Romero, Marcos Sergio Galliano Daros, Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Guilherme Freire de Barros Teixeira, Ana Lúcia Lourenço, Péricles Bellusci de Batista Pereira, Fernando Antonio Prazeres, Mario Nini Azzolini, Themis de Almeida Furquim, Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, Josély Dittrich Ribas, Fernando**

Ferreira de Moraes, Ramon de Medeiros Nogueira, Mário Luiz Ramidoff, Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, Roberto Antonio Massaro, Marco Antonio Antoniassi, João Antônio De Marchi, Rogério Etzel, Priscilla Placha Sá, Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, José Camacho Santos, Fabian Schweitzer, Elizabeth Maria de França Rocha, Naor Ribeiro de Macedo Neto, Claudio Smirne Diniz, Fábio André Santos Muniz, Joscelito Giovani Cé, Eduardo Augusto Salomão Cambi, Antonio Carlos Ribeiro Martins, Rosaldo Elias Pacagnan, Alexandre Barbosa Fabiani, Luiz Henrique Miranda, Ruy Alves Henriques Filho, Luciano Carrasco Falavinha Souza, Hamilton Rafael Marins Schwartz, Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, Francisco Cardozo Oliveira, Andrei de Oliveira Rech, José Américo Penteado de Carvalho, Ana Claudia Finger, Maria Lucia de Paula Espindola, Angela Maria Machado Costa, Cristiane Tereza Willy Ferrari, Sergio Luiz Kreuz, Luciana Carneiro de Lara, Iraja Pigatto Ribeiro, Marco Antonio Massaneiro, Francisco Carlos Jorge, Victor Martim Batschke e Fábio Luís Franco. Pedindo a proteção de Deus e agradecendo a presença de todos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente declarou aberta a sessão do Egrégio Tribunal Pleno, secretariada por mim, Bel. José Luiz Faria de Macedo Filho, Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, ocasião em que determinou que fosse consignada em ata as ausências justificadas dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores: **Leonel Cunha, Luiz Mateus de Lima, Salvatore Antonio Astuti, Gamaliel Seme Scaff, Celso Jair Mainardi, Renato Lopes de Paiva, Tito Campos de Paula, Luís Cesar de Paula Espíndola, Rogério Ribas e Fabio Marcondes Leite.** Antes de dar continuidade à sessão, o Desembargador Presidente pediu um minuto de silêncio em sinal de respeito, em decorrência da tragédia que assola o Estado do Rio Grande do Sul em razão das enchentes naquele Estado. Após, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente colocou em discussão a ata da sessão presencial do egrégio Tribunal Pleno do dia 26/02/2024 e a ata da sessão virtual do egrégio Tribunal Pleno realizada entre os dias 08/04/2024 e 12/04/2024, as quais foram aprovadas. Antes de passar à apreciação do item da pauta, o Desembargador Presidente prestou homenagens aos Desembargadores José Carlos Dalacqua e Shiroshi Yendo, por se tratar da última sessão do Tribunal Pleno de que participam, tendo em vista a proximidade de suas aposentadorias: *“O dia de hoje reveste-se de significância para nossa Corte e é marcante para os doutos colegas, o Desembargador José Carlos Dalacqua e o Desembargador Shiroshi Yendo, pois será a última sessão do Pleno que participam antes do jubileamento. Assim, cumpre-me prestar uma singela homenagem a estes nobres Desembargadores, que, por força do regramento constitucional, se despedirão de suas funções na magistratura paranaense nos próximos dias 14 e 15 de maio. Aos nos debruçarmos sobre a trajetória profissional dos Ilustres Desembargadores na carreira da magistratura, observamos que ambos a trilharam com qualidade, produtividade e celeridade, marcando a história do Judiciário paranaense. O Desembargador José Carlos Dalacqua, filho de Antônio Aparecido Dalacqua e de Rachel de Beraldino Dalacqua, nasceu no dia 14 de maio de 1949, em Cambará - Paraná. Formou-se em Direito pela Faculdade Estadual do Norte Pioneiro, turma de 1975. Iniciou a carreira na magistratura como Juiz Substituto, sendo nomeado no dia 28 de dezembro de 1981 para exercer a função na comarca de Pato Branco, de onde foi removido para Santo Antônio da Platina. Nomeado para o cargo de Juiz de Direito em 7 de agosto de 1984, julgou nas comarcas de Teixeira Soares, Ribeirão do Pinhal, Assis Chateaubriand, Castro, Cascavel, Ponta Grossa e Curitiba, onde foi Juiz-auditor da Auditoria Militar por 10 anos. Foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná*

em 23 de abril de 2007, onde atuou nas 17ª e 18ª Câmaras Cíveis e nas 2ª e 3ª Câmaras Criminais. Ainda, atuou na comissão de concurso público para provimento de cargos de Juiz Substituto (2011), no Conselho Diretor do Fundo de Segurança dos Magistrados (2015) e no grupo de trabalho com o objetivo de implementação do projeto piloto do “Programa de Audiências de Custódia” (2015), assim como foi Presidente da Comissão de Segurança do nosso egrégio Tribunal das Araucárias (2015-2022). Como vimos, uma vida dedicada à magistratura paranaense. Como bem descrito pela sua assessoria, o Desembargador Dalacqua deixa uma marca indelével em nosso Judiciário. Sua assessoria me encaminhou uma curta mensagem, mas que sintetiza o que peso a respeito de Sua Excelência ‘gentileza, humildade, simplicidade, acessibilidade, sabedoria, e dedicação ao serviço público, cujos atributos sempre foram inspiradores e marcam todos que têm o privilégio de conhecê-lo’. E, ao trilhar essa bela trajetória, não poderia faltar o apoio da família, aqueles que são a base de nossa existência. Sua esposa Eliana, os filhos Fernando, Ana Lídia e Daniel, e os netos Augusto, Pedro, Letícia e Isadora. Uma salva de palmas a esse grande magistrado paranaense. O Desembargador Shiroshi Yendo, filho de Tetuo Yendo e Fumiko Shirabyoshi, nasceu no dia 15 de maio de 1949, em Araguari - Minas Gerais, mas, ainda criança, mudou-se para a cidade de Jataizinho, no Paraná. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina - UEL em 1973. Após atuar na nobre advocacia, iniciou a carreira da magistratura, assumindo em 30 de agosto de 1978 o cargo de Juiz Adjunto da Comarca de Paranaíba. Em 5 de fevereiro de 1980, após novo concurso, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Palotina, julgando a seguir em Loanda e Maringá. Em 28 de setembro de 2004, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada e, no dia 31 de dezembro de 2004, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, onde atuou nas 1ª, 16ª e 17ª Câmaras Cíveis. Foi Vice-presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, biênio 2001-2003 e professor da Escola da Magistratura do Estado do Paraná - Núcleo de Maringá. Tem na magistratura sua verdadeira vocação, trilhou a carreira com excelência e muita dedicação aos jurisdicionados e ao Judiciário paranaense. E, durante esta jornada, sempre contou com o apoio de sua querida família: a esposa Lourdes, os filhos Guilherme, Gisela e Gustavo, e o neto Gabriel. Como sua esposa bem descreveu: ‘Nessa trajetória de mais de 44 anos do Shiroshi servindo à magistratura, como numa retrospectiva, olhamos para trás e vemos como no início tudo era uma expectativa e a realidade se mostrou muito mais generosa, pois, em cada cidade, a vida, com seus vários percalços, também foi prazerosa com as nossas dificuldades vencidas, nossos filhos nascendo e crescendo em diferentes comarcas vividas. Hoje podemos perceber que a magistratura proporciona, como em poucas carreiras, a oportunidade de a família acompanhar e viver em várias comarcas diferentes, experiências muito enriquecedoras para nossas vidas’. Ilustres colegas, a aposentadoria é um momento de reflexão, um olhar para trás, de lembrar os desafios e as conquistas. Estejam certos que suas carreiras foram pautadas pela dedicação, zelo, entusiasmo, serenidade e, sobretudo, dignidade no exercício da função jurisdicional! Uma calorosa salva de palmas ao Desembargador Shiroshi Yendo. Como São Paulo Apóstolo nos ensina, é mister combater o bom combate, encerrar a carreira e guardar a fé! Vossas Excelências combateram o bom combate da justiça, encerrarão em breve a carreira como magistrados e são exemplos vivos de homens públicos que possuem fé na justiça e no Direito! Nesses mais de três séculos de Justiça Togada no Paraná e de 132 anos de existência de nossa egrégia Corte das Araucárias, é uma honra termos dois nomes tão ilustres, como os de Vossas Excelências, fazendo

parte da história da atividade jurisdicional paranaense. Em nome de todos os magistrados, magistradas, servidores e servidoras do nosso Tribunal de Justiça, agradeço a Vossas Excelências por todos esses bons anos que dedicaram à causa pública! Que Deus Pai esteja convosco nessa nova etapa da vida!” A seguir, pediu a palavra o Desembargador **Rosaldo Elias Pacagnan**: “Eu não poderia deixar de passar a oportunidade, senhor presidente, para cumprimentar esses dois briosos magistrados que se despedem Desembargador Shiroshi e Desembargador Dalacqua, mas eu queria registrar aqui de público um agradecimento do meu coração muito grande pelo Desembargador Dalacqua, que na época em que não se falava nisso foi o meu formador quando assumi como juiz substituto ali em Castro, comarca onde permaneci por 4 meses. Ele e a sua esposa foram muito carinhosos e receptivos comigo com a minha esposa e para além dos ensinamentos jurídicos que me transmitiu, duas coisas me marcaram na carreira profundamente até hoje; uma delas foi algo que ele me disse nas primeiras semanas sobre o juiz não ter medo de decidir, mas também ter a humildade de reconhecer os erros e deles se retratar quando assim os constate; e a segunda coisa é que ele fez uma questão absoluta de testemunhar, inclusive, no Ofício do Registro Civil o nascimento do meu primeiro filho, o Bruno, que agora em agosto, Desembargador Dalacqua, vai completar 33 anos de idade, e nos presenteou com uma poesia muito linda a respeito do meu filho, profética até, em que tudo se cumpriu e que nós guardamos carinhosamente até hoje. Então o meu pleito de gratidão ao Desembargador Dalacqua pela pessoa que ele é e por esse meu primeiro encaminhamento na magistratura, ali menino, ainda recém-chegado. É o meu muito obrigado que eu gostaria de deixar registrado. Muito obrigado pela palavra.” Também pediu a palavra o Desembargador **Shiroshi Yendo** e se manifestou: “Senhor Presidente, Senhor Corregedor Geral de Justiça, Ilustres Colegas Desembargadoras e Desembargadores, demais Colegas Magistradas e Magistrados, Senhoras e Senhores. Sinto-me extremamente honrado pelas palavras a mim dirigidas nesta oportunidade, em que participo pela última vez deste Colendo Tribunal de Justiça, em sua composição Plena. Em 1978, após concurso público, tomei posse, junto com outros 4 magistrados, um dos quais hoje exerce o Cargo de Corregedor Geral de Justiça, o amigo Hamilton Mussi. Imagina a expectativa de uma pessoa, filho de imigrantes japoneses, que trabalhou na roça até se graduar em Direito, ao assumir o cargo de Juiz Adjunto, na Comarca de Paranavaí. Mas, Deus foi sempre generoso comigo, e lá fui acolhido pelos excelentes magistrados, exemplos de pessoas generosas e solidárias, ao mesmo tempo competentes, cultos e dedicados ao trabalho. Refiro-me aos saudosos Idevan Batista Lopes e Eraclés Messias, bem como ao magistrado João Bosco. Após novo concurso, assumi como Juiz de Direito da Comarca de Palotina, em 1980, onde, na época, atuava em todas as áreas do Direito, desde cível, criminal, trabalhista, federal, eleitoral, família, infância e juventude. Em 1986, fui promovido para a Comarca de Entrância Intermediária de Loanda, no extremo noroeste do Estado, também com competência ‘integral’. Para a Comarca de Maringá, em 1991 fui promovido, onde tivemos a oportunidade de trabalhar com vários magistrados, com os quais formamos uma verdadeira família, sendo acolhidos, tanto eu quanto a minha família, com muito carinho e atenção. Lá tivemos a oportunidade de participar de várias atividades, além da atividade da judicatura, nas áreas criminais, cíveis, na Direção do Fórum, na Justiça Eleitoral. Lembro-me que quando exercia como membro da Justiça Eleitoral, foi inaugurado o primeiro Fórum Eleitoral no interior do Estado, ou seja, fora da Capital, do Brasil, quando estiveram presentes Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, e de Desembargadores de

vários Tribunais Regionais Eleitoral de vários Estados brasileiros. Também participei ativamente na Amapar, e especialmente na Escola da Magistratura, Coordenadoria de Maringá, tanto como professor quanto como seu coordenador. Sempre tive o apoio incondicional dos meus diletos colegas magistrados, assim também dos membros do Ministério Públicos e dos advogados que lá exerciam. Depois, de 14 anos naquela Comarca, fui promovido ao Juiz do Tribunal de Alçada, em outubro de 2004, e no final do referido ano, a este colendo Tribunal de Justiça. Aqui, como em outros lugares, sempre fui bem acolhido agora pelos colegas desembargadores. Assim, Senhor Presidente e eminentes Desembargadoras e Desembargadores, por tudo que me foi oferecido, desde a primeira acolhida, convívio fraterno por todo esse período de quase 46 anos, até a minha última permanência no Poder Judiciário do Paraná, só tenho a agradecer. Não poderia deixar de registrar a minha eterna gratidão também, à pessoa que é o grande amor da minha vida, de quem recebi todo tipo de apoio e conforto. Refiro-me à Lourdes, que gerou os nossos amados três filhos, Guilherme, hoje Juiz Federal do TRF5, Gisela, arquiteta da Prefeitura de Maringá, e Gustavo, coordenador do IBGE de Colombo, e este nos deu a alegria de nos presentear (este vovô coruja), nos presentando com os netinhos Gabriel e Luiza. Assim, Senhor Presidente, daqui a alguns dias, estarei me aposentando, com sentimento de que pude participar de algum modo, para a construção e engrandecimento do Poder Judiciário do Paraná, hoje reconhecidamente como um dos melhores do Brasil. Por isso, só tenho a agradecer a todos que me acolheram e me incentivaram a trilhar o meu caminho. Obrigado ao saudoso Juiz de Direito Hugo de Pinho Tavares, que me incentivou a prestar primeiro concurso. Obrigado aos Desembargadores Idevan Batista Lopes e Eraclés Massias e ao Juiz João Bosco, que foram os primeiros que me acolheram em Paranaíba. E nas pessoas deles agradeço a todos os colegas. Deixo, de coração, um fraterno abraço a todas e a todos. Muito obrigado.” Após, foi dada a palavra ao Desembargador **José Carlos Dalacqua**: “Boa tarde a todos. Serei bastante breve. O nosso Presidente já recebeu o meu pequeno currículo; eu quero agradecer imensamente essa homenagem. Realmente a gente não consegue deixar de ficar emocionado uma situação dessa. Eu sou muito feliz por ter ficado, ainda continuo uns dias ainda, 40, mais de 42 anos na magistratura. Sempre atuei com muita vontade e sempre procurei ser honesto e cumpridor das minhas obrigações. E eu fico muito feliz com essa homenagem dos meus colegas. Agradeço muito; ontem já recebi uma homenagem da minha câmara e certamente ainda receberei mais algumas homenagens; até que não mereço tanto assim, mas eu agradeço muito e fico muito feliz por todos que estão presentes aqui para nos homenagear. Obrigado.” Dando sequência o Desembargador **Luiz Fernando Tomasi Keppen** se manifestou: “Também, é necessário salientar que a solenidade de hoje é de suma importância, porquanto o nosso Tribunal escolherá sua mais nova Desembargadora. Conforme destaquei em mensagem anteriormente encaminhada aos eminentes pares, o Colendo Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 525, alterando regras para a promoção de magistrados e magistradas à segunda instância do Poder Judiciário, com o objetivo de aprimorar a paridade de gênero. O texto aprovado da supramencionada Resolução estabelece que, na promoção merecimento, sejam formadas duas listas alternadamente – uma mista e outra contendo apenas juízas, até que, no nosso caso, o Tribunal atinja pelo menos 40% de magistradas (correspondendo a uma faixa de 40% a 60% por gênero). Na condição de Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná destaco novamente que essa importantíssima conquista, que hoje já se concretiza nesta eleição para o cargo de DESEMBARGADORA, havida com lista exclusivamente feminina,

*representa mais um avanço em direção à paridade de gênero no Judiciário brasileiro e concito que sigamos magistrados e magistradas, juntos, trilhando o caminho da igualdade, da fraternidade e do amor. Com essas breves palavras nós vamos dar início ao julgamento de hoje.” A Desembargadora **Maria Aparecida Blanco de Lima** também pediu a palavra e se manifestou conforme segue: “Em nome da Comissão de Igualdade e Gênero do Tribunal de Justiça do Paraná e da CEVID PR gostaria de registrar este momento histórico para a magistratura paranaense como um passo importante na busca da igualdade entre magistradas e magistrados, no acesso aos mais elevados postos do Poder Judiciário. A paridade de gênero em todos os níveis de tomada de decisão tornou-se uma importante meta para o desenvolvimento harmônico, sustentável e justo da civilização humana, meta que ainda está muito distante no TJPR e na maioria dos Tribunais brasileiros. Sabemos que a introdução de critérios objetivos para as promoções por merecimento foi um considerável avanço no sentido de tornar mais claras, justas e transparentes as avaliações, porém ainda se mostram insuficientes para neutralizar as diferenças e desvantagens decorrentes da condição feminina, especialmente aquelas relacionadas a dupla jornada e às responsabilidades familiares tradicionalmente atribuídas às mulheres. Ninguém desconhece que, para aumentar a sua competitividade nos certames, é mais fácil para os homens magistrados conseguir desviar parte do seu tempo de repouso e convívio familiar para incrementar seus índices de produtividade, de presteza e aperfeiçoamento técnico do que as magistradas, possibilidade que notoriamente distorce a pretensa igualdade de condições. Felizmente o Conselho Nacional de Justiça acolheu uma antiga reivindicação do movimento da ala feminina da magistratura e ousou propor uma medida afirmativa na direção da paridade de gênero no Poder Judiciário, com a edição da Resolução n. 525/2023 estabelecendo que nos tribunais de 2º grau que não alcançaram a proporção de 40% a 60% por gênero, as vagas pelo critério de merecimento serão preenchidas por intermédio de editais abertos de forma alternada para o recebimento de inscrições mistas, para homens e mulheres, ou exclusivas de mulheres, observadas as políticas de cotas instituídas por este Conselho, até o atingimento de paridade de gênero no respectivo Tribunal. Assim, sob a liderança do Presidente Keppen, o nosso Tribunal inicia esta caminhada civilizatória justamente para o preenchimento da vaga aberta com a aposentadoria da Desembargadora Sonia Regina de Castro e que está sendo postulado por 18 brilhantes magistradas. Aquela que receber a promoção certamente honrará o exemplo de trabalho e dedicação legado pelas colegas que se aposentaram recentemente e pelas que continuam na ativa para todas as mulheres que abraçaram a magistratura. E mais uma vez o Tribunal de Justiça do Paraná se coloca a frente deste processo de aperfeiçoamento do Poder Judiciário e da sociedade brasileira. Muito obrigada.”* Passou-se, então, à apreciação dos itens da pauta: **1. PREENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR – 1.1. PROMOÇÃO**

MERECIMENTO – DESEMBARGADORA – Edital nº 008/2024 – Protocolo Digital nº 0026940-86.2024.8.16.6000 – Indicação: lista tríplice. Relator: Desembargador Corregedor-Geral. Vaga decorrente da aposentadoria, compulsória e a partir do dia dezesseis de fevereiro do ano em curso (16/02/2024), da Excelentíssima Senhora Desembargadora SÔNIA REGINA DE CASTRO, conforme Decreto Judiciário nº 083/2024-D.M., veiculado no Diário da Justiça Eletrônico nº 3606, de 22/02/2024, publicado em 23/02/2024. Se inscreveram à vaga as seguintes Juízas de Direito, integrantes do 1º “quinto sucessivo”: DILMARI HELENA KESSLER, JAQUELINE ALLIEVI, VANIA MARIA DA SILVA KRAMER, DENISE HAMMERSCHMIDT, FABIANA SILVEIRA KARAM, MARIA

ROSELI GUIESSMANN, CARLA PEDALINO, ELIZABETH DE FÁTIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS, LUCIANE DO ROCIO CUSTÓDIO LUDOVICO, SANDRA BAUERMANN, RENATA ESTORILHO BAGANHA, CRISTIANE SANTOS LEITE, LUCIANE BORTOLETO, ANA PAULA KALED ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA, FABIANE PIERUCCINI, JOSLAINE GURMINI NOGUEIRA e ANGELA REGINA RAMINA DE LUCCA. A seguir Desembargador Corregedor-Geral explicou como seria feita a escolha das magistradas para compor a lista tríplice no presente edital, que tem a característica de ser exclusivo para inscrição por mulheres, a fim de observar o que estabelece a Resolução 525/2023 do CNJ, que alterou a Resolução 106 do referido Conselho. Passou-se, então, à atribuição da pontuação a cada candidata. Colhidos os votos de 117 (cento e dezessete) Desembargadores, observado o que estabelecem a Resolução CNJ nº 106 de 06/04/2010 e a Resolução ENFAM nº 8 de 11/10/2021, obteve-se a seguinte **média total** para cada candidata: Dr^a. **Dilmari Helena Kessler** – 98,00 (noventa e oito) pontos; Dr^a. **Jaqueline Allievi** – 92,30 (noventa e dois vírgula trinta) pontos; Dr^a. **Vania Maria da Silva Kramer** - 86,61 (oitenta e seis vírgula sessenta e um) pontos; Dr^a. **Denise Hammerschmidt** – 86,41(oitenta e seis vírgula quarenta e um) pontos; Dr^a. **Fabiana Silveira Karam** – 64,68 (sessenta e quatro vírgula sessenta e oito) pontos; Dr^a. **Maria Roseli Guieessmann** – 84,13 (oitenta e quatro vírgula treze) pontos; Dr^a. **Carla Pedalino** – 80,55 (oitenta vírgula cinquenta e cinco) pontos; Dr^a. **Elizabeth de Fátima Nogueira Calmon de Passos** – 96,09 (noventa e seis vírgula zero nove) pontos; Dr^a. **Luciane do Rocio Custódio Ludovico** – 90,55 (noventa vírgula cinquenta e cinco) pontos; Dr^a. **Sandra Bauermann** – 94,39 (noventa e quatro vírgula trinta e nove) pontos; Dr^a. **Renata Estorilho Baganha** - 96,62 (noventa e seis virgula sessenta e dois) pontos; Dr^a. **Cristiane Santos Leite** – 97,35 (noventa e sete vírgula trinta e cinco) pontos; Dr^a. **Luciane Bortoleto** – 99,43 (noventa e nove vírgula quarenta e três) pontos; Dr^a. **Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa** – 86,91 (oitenta e seis vírgula noventa e um) pontos; Dr^a. **Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa** – 88,54 (oitenta e oito vírgula cinquenta e quatro) pontos; Dr^a. **Fabiane Pieruccini** – 97,92 (noventa e sete vírgula noventa e dois) pontos; Dr^a. **Joslaine Gurmini Nogueira** – 66,82 (sessenta e seis vírgula oitenta e dois) pontos; e Dr^a. **Angela Regina Ramina de Lucca** – 88,47 (oitenta e oito vírgula quarenta e sete) pontos. **Decisão:** O Tribunal Pleno, em votação aberta e fundamentada, promoveu, pelo critério de merecimento, a Doutora **Luciane Bortoleto** ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Restaram como remanescentes de lista a Doutora **Dilmari Helena Kessler** e a Doutora **Fabiane Pieruccini**, ambas com uma indicação. Antes da publicação das notas, a Desembargadora **Joeci Machado Camargo** pediu a palavra: “Antes de publicar as notas eu tenho duas coisas para dizer, primeiro, esse momento histórico, tantas mulheres, tantas magistradas aqui e para dizer que independente de quem saia a vencedora, todas terão sua oportunidade porque agora está consagrada uma lista feminina, então nós teremos daqui para frente, e já é uma vitória, e hoje é um marco inicial. No segundo momento eu quero me referir a dois amigos, não que todos não sejam amigos, todos nós aqui estamos em família, mas eu preciso me referir e agradecer a dois grandes amigos que estão de partida, não do meu coração, com certeza, mas dois amigos que foram muito importantes na minha vida, Desembargador Dalacqua, o senhor é uma pessoa espetacular, o senhor confiou o seu filho aos meus cuidados e eu acho que respondi bem, eu tive o privilégio de conviver com seus filhos e celebrar o casamento de dois, isso guardo no meu coração; a minha família tem um

carinho muito grande pela sua família; a minha filha é amiga e irmã da sua nora, do qual eu fui cupido, então mora no meu coração e muito obrigado por todo o apoio que sempre me deu desde Assis Chateaubriand, eu em Formosa do Oeste, Vossa Excelência em Assis Chateaubriand. A você Shiroshi, eu nem sei o que dizer. Nos momentos mais difíceis do programa Justiça no Bairro você me deu apoio; você simplesmente liberou o seu motorista e até mesmo o carro para que nos consuzisse até o interior do Paraná, por diversas vezes e alguns anos a fio. Shiroshi, isto é ser amigo; muito obrigada por todo o carinho. Eu hoje eu sei que eu estou emocionada, mas eu vou deixar aqui para vocês dois apenas um verso: quanto vale um amigo, Shiroshi e Dalacqua? a amizade não se compra, não se vende em prateleira, não tem promoção de amigo no shopping, nem lá na feira; um amigo é um presente de graça, mas faz a gente ser rico para a vida inteira, são palavras de Bráulio Bessa. Deus abençoe e muito obrigada por tudo. **2. OUTROS ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS – Nada mais havendo a tratar**, o Senhor Desembargador Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Bel. José Luiz Faria de Macedo Filho, Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada na sessão do dia 01/07/2024, assino juntamente com o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.....

Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM	JOSÉ LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO
Presidente do Tribunal de Justiça	Secretário-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO, Secretário-Geral do Tribunal de Justiça**, em 01/07/2024, às 19:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, em 01/07/2024, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10620568** e o código CRC **FA99A2B1**.